

PATRIMÔNIO E SABERES TRADICIONAIS ENTRE COMUNITÁRIOS DA SERRA DA VALÉRIA, FRONTEIRA AMAZONAS/PARÁ

Naia Maria Guerreiro Dias¹
Renan Albuquerque Rodrigues²
Jéssica Dayse Matos Gomes³
Lucineli de Souza Menezes⁴

RESUMO: Foi proposta leitura crítica sobre patrimônio, pertencimento e relações com saberes tradicionais entre comunitários da Serra da Valéria, Baixo Amazonas/AM. Buscou-se analisar, por meio de etnografia, construções da memória social de moradores. Análises apontaram problemas quanto ao uso de artefatos históricos para a comercialização a visitantes locais e estrangeiros. Esse uso tende a gerar desfiliações e despertencimentos, representando rupturas com a realidade vivenciada.

Palavras-chave: pertencimento, saberes tradicionais, identidade, patrimônio.

ABSTRACT: Was proposed critical reading about heritage, belonging and relations with traditional knowledge among community of Serra da Valeria, Lower Amazon / AM. We sought to analyze, through ethnography, constructions of social memory of residents. Analyzes showed problems regarding the use of historical artifacts for marketing to local and foreign visitors. This usage tends to generate desfiliações and despertencimentos, representing breaks with the experienced reality.

Keywords: belonging, traditional knowledges, identity, heritage.

¹ Mestranda em Sociedade Cultura na Amazônia e Pesquisadora da Fundação de Amparo à pesquisa do Amazonas- FAPEAM

² Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/Ufam)

³ Professora da Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino- SEDUC-AM e Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia

⁴ Professora da Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino- SEDUC-AM e Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia.

INTRODUÇÃO

Regiões amazônicas de fronteira tendem a ser epicentros de contrastes, em razão, dentre demais questões, de disputas territoriais. Sejam fronteiras localizadas em territórios interestaduais ou intermunicipais do bioma, tratam-se de espaços de conflito (FEARNSIDE e LAURANCE, 2012; RODRIGUES e FEARNSIDE, 2014).

Nesses espaços de conflito, problemáticas referentes a patrimônio e saberes tradicionais são contingências incidentes. E para entender essas disputas, importa refletir sobre o conceito de território.

Sobre o tema, ponto convergente é a interpretação de que regiões de fronteira agregam interesses diversos. Santos (1994) salienta que a identificação com a terra nesses territórios acontece quando o espaço onde se vive é assimilado como componente primordial.

Lefebvre (1991) afirma que se apropriar e dominar territórios não se configura apenas como possibilidade a comunidades que desenvolvem pertencimento afetivo e simbólico em relação a lugares. Trata-se de direito subjacente às comunidades, o qual deve ser respeitado.

Partindo do suposto, toma-se a exemplo um território de fronteira entre os Estados do Amazonas e Pará, onde está situada a Serra da Valéria, na comunidade rural de Santa Rita de Valéria, reconhecida pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como sítio arqueológico. Situada na margem direita do Rio Amazonas, a leste de Parintins, distante 52 km via terrestre e quatro horas via fluvial, é área onde está assentada comunidade tradicional e possui peculiaridades no contexto de vestígios arqueológicos.

Na Valéria, saberes e fazeres locais estão alicerçados em vivências cotidianas, relações pessoais, sociais e com o ambiente (DIEGUES, 1996). Populações tradicionais do território possuem íntima conexão com externalidades e absorvem ensinamentos transmitidos por oralidade, a partir dos velhos, repassando-os a gerações futuras.

Porém, nos últimos anos, o trato pessoa-ambiente na Serra de Valéria tem se apresentado contraditório e com efeitos controversos. No local, observam-se

problemas quanto a reconhecimento e legitimação de patrimônios datados, sendo que uma das questões polêmicas refere-se ao uso de artefatos históricos para venda a visitantes locais e estrangeiros.

A comercialização de vestígios patrimoniais inatos ao território na região tende a engendrar-se mediante desfiliações e despertamentos, representando rupturas com a realidade vivenciada. E embora o sítio arqueológico seja referência sociocultural, no cotidiano moradores passaram a interagir com estranhamento ante a conhecimentos e artefatos locais, o que tende a caracterizar processos de rebaixamento afetivo, fragmentando o pertencimento do grupo à terra (CASTEL, 1991; RODRIGUES, 2013).

Sobre a mesma temática, Lima *et al.* (2013), ao publicarem pesquisa acerca da comunidade de Santa Rita da Valéria, afirmam terem obtido dados que igualmente apontam ser o sítio arqueológico identificado, de forma geral, região sem conotação histórica ou memorial para os locais. De modo que não se considera patrimônio o território e menos o que dele se extrai abaixo da terra.

Tal atitude demonstrada por parte dos habitantes das comunidades assentadas na região da Valéria/AM, evidencia que os mesmos não sentem-se conectados histórica e culturalmente com os antigos povos produtores dos artefatos que ali se encontram. É notável, para quem visita a localidade, o pouco entusiasmo em conservar os citados artefatos, provavelmente ainda seja necessário o desenvolvimento de políticas de valorização e de sentimento de pertencimento da população em relação aos antigos habitantes locais.

Tendo em vista a abordagem apresentada, propôs-se realizar leitura crítica delimitando os seguintes tópicos de reflexão: i) patrimônio; ii) memórias sociais; iii) saberes tradicionais do Baixo Amazonas/AM.

Patrimônio

A definição de patrimônio é relativa, partindo de diferentes perspectivas: legais, afetivas, econômicas, territoriais ou socioculturais (MACHADO, 2004). Na Constituição de 1988, a definição de patrimônio integra a noção de patrimônio cultural. No documento, patrimônios culturais brasileiros são descritos como bens

de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, ação, memória e conformação de grupos da sociedade brasileira (PAIM, 2010).

No contexto acadêmico, textos de Ciências Sociais e Humanas abordam ao longo do processo histórico diferentes conceituações sobre patrimônio cultural em decorrência de mudanças em concepções sobre o ambiente na sociedade (MACHADO, 2004). De modo que patrimônio, hoje, é compreendido como ente, coisa ou lugar de memória. A caracterização conceitual encerra-se onde a dimensão interrelacional das pessoas com o território e a mutualidade concorre para a atribuição de significados (NORA, 1997).

Podem ser considerados patrimônios uma fotografia, uma casa, um sítio arqueológico, uma dança, uma música etc. Registros na Amazônia, especificamente, podem ser identificados ao ponto em que se concebem práticas e representações de pessoas, lugares e coisas, destacando-se aspectos referentes a permanências e transformações ocorridas em determinados contextos socioculturais (PAIM, 2010).

O significado de patrimônio tende a recair atualmente tanto sobre aspectos ideais e valorativos da forma de vida de povos quanto sobre a questão material (GONÇALVES, 2002). Conceituar patrimônio, desta feita, é essencialmente um ato de estabelecimento de conexão significativa com mosaicos que conferem singularidade a diversas e complexas sociedades.

No passado, a noção de patrimônio foi ancorada no antagonismo natureza e cultura, sendo construída como o resultado de expressões metafísicas ocasionadas pela ação humana (GONÇALVES, 2002). Mas impasses causados pela dualidade fomentaram a superação do dilema e foram feitas restituições do conceito de patrimônio e, por conseguinte, do planejamento das respectivas políticas públicas.

Patrimônio passou a ser entendido não apenas como obra produzida por ação humana. Incluíram-se contextos naturais que passaram a abarcar cenários de memórias e identidades sociais. Com a atuação significativa do Iphan, alargou-

se o leque de preocupações com manifestações culturais e fazeres. Estes passam a ser considerados bens de culturais de natureza imaterial.

Adotou-se o tombamento como instrumento de preservação patrimonial e enquanto prática de preservação de vestígios de campos, cuja legislação está sendo amadurecida desde a metade do século XX. Entretanto, a legislação para patrimônio imaterial é recente. Somente em agosto de 2000 foi publicado o Decreto nº 3551, em que constam os principais instrumentos de salvaguarda patrimoniais (ID., *op. cit.*).

No Brasil atualmente há, em âmbito nacional, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ligado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ligado ao Ministério da Cultura (MEC); em âmbito estadual, no Amazonas, situa-se a Secretaria de Estado da Cultura (SEC).

Na esfera municipal, Parintins/AM tem a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e o Instituto Memorial de Parintins (Impin). Ambos possuem missão de salvaguardar patrimônios da região enquanto bens potencializadores de autoimagem e qualidade de vida, via aquisição de conhecimentos para práticas de cidadania. Dentre eles, destaca-se o sítio arqueológico da Serra de Valéria, onde comunidades estão assentadas e realizam interações diversificadas com seu espaço.

No local, artefatos em cerâmica encontrados são pertencentes à tradição incisa e ponteadada, datados de período anterior à colonização portuguesa (NEVES, 2006). São do tipo *konduri*, com registros do século X ao XVI d.C. Na literatura, não há confirmação de quais povos deixaram vestígios no local, o que contribui para hipóteses relacionadas à união de índios Tupinambá com Aratu, Apoicuitara, Godui, Yara e Curiató – todos residentes na margem esquerda do rio Amazonas (SILVA *et al.*, 2009).

Somando-se ao relatado, importa frisar que incertezas sobre vestígios arqueológicos tem concorrido para que habitantes da região não se sintam pertencentes ao sítio, realizando assim vendas aleatórias de peças a turistas que visitam o local. Sobre o abordado, Fonseca (2010) considera que tradições

reinventadas e moldadas por relações contingenciais explicam em parte a visão das comunidades ante o mercado de artefatos patrimoniais nessa região.

Pelo suposto, o conhecimento da história, as interações dos moradores com o meio e as práticas cotidianas poderiam conferir a moradores locais melhor sentido de pertencimento ao território, mas nem sempre assim se verifica (SANTOS e AZEVEDO FILHO, 2011). Em um contexto como o descrito, evidencia-se o contrário: notadamente há necessidade de amplo estímulo à cultura e às identidades tradicionais (SILVA, 2008).

São necessárias ações que possibilitem comunitários a perceberem o valor sociocultural de seus patrimônios materiais e imateriais; percebem, que se tratam de patrimônios amazônicos e não pessoais. Costa e Carvalho (2014), acerca do disposto, consideram importante levar atividades de educação patrimonial a habitantes da Valéria, para que estes possam se tornar gerenciadores de seu patrimônio cultural e criar identificação com o processo histórico do território.

Memória social

A região onde se localiza a Serra da Valéria/AM é formada por oito comunidades: São Paulo, Santa Rita de Cássia, Betel, Bete Semes, Recordação, Colônia Fé em Deus, Samaria e Lago do Barro. Algumas localizam-se em área de terra firme, como é o caso de Santa Rita e Bete Semes. São Paulo está localizada na base da serra, sendo afetada por enchentes. Na comunidade de Santa Rita de Cássia, habitações foram construídas em cima da serra, que foi habitada por populações indígenas no passado (FONSECA, 2010).

Comunitários de São Paulo denominam seu território como a “Boca da Valéria”, pois a maioria das mais de 30 famílias que vivem na localidade está entre o sopé da serra e a margem do estreito (furo) que liga lagos interioranos ao grande rio Amazonas. Mora-se em casas de palafita com assoalhos altos, tipo maromba, para a prevenção de enchentes.

A comunidade de Santa Rita de Cássia possui 400 pessoas distribuídas em 58 famílias (SENSA, 2011) e se constitui como espaço sociocultural relevante para estudos científicos de patrimônio cultural e artefatos arqueológicos (SANTOS e

AZEVEDO FILHO, 2011). O sítio arqueológico foi catalogado em 2007 pelo Iphan sob o nome de AM-PT-01. É área onde estão grande número de vestígios, seguida por São Paulo da Valéria e demais núcleos comunitários (COSTA e CARVALHO, 2014).

Em práticas cotidianas, comunitários de Santa Rita creem em curandeirismo, mítica cosmológica e medicina tradicional. Silva *et al.* (2009) afirma que no local, além de cerâmicas com decoração em motivos antropomorfos e zoomorfos, também se encontram patrimônios culturais que precisam ser considerados como materialidades representativas de crenças espirituais.

Nesse contexto, analisar construções da memória social de moradores da Valéria implica em ponderar sobre informações transmitidas de geração a geração, haja vista ser suporte da memória coletiva (DEL PRIORE, 1989; CERQUA, 2009). O aprendizado nesse processo é fundamental para a capacitação de indivíduos na elaboração e construção de suas histórias, posto que a memória se estrutura em identidades de grupo (HALBWACHS, 1990).

Na região da Valéria/AM, há presença significativa de vestígios arqueológicos, denominados de “cacos” ou “casetinhas”, o que sugere representação significativa da arqueologia na memória social local. A memória social tem significado, portanto, mediante atos na construção de sentidos da vida (BRAUDEL, 1996), sugerindo que transformações se fazem em presença de acúmulo de sucessivas e contínuas mudanças, produzidas em longa duração.

A Serra da Valéria/AM configura-se como espaço sociocultural de complexidade pelo intercâmbio de informações referentes ao turismo comercial entre as comunidades, sobretudo com a comunidade de São Paulo, onde moradores organizam mostras artesanais para turistas, sejam nacionais ou internacionais. Com isso, dinâmica de diferentes formações socioterritoriais influencia na construção da memória social. “A memória é elemento essencial do que se costuma chamar identidade” (LE GOFF, 1996, p.535)

Apesar da ocorrência da prática comercial de vestígios arqueológicos, Helena *et al.* (2013) identifica que esse tipo de comércio é na maior parte das vezes realizado por habitantes jovens, que almejam arrecadar alguns dólares com

turistas que ancoram na localidade de maneira esporádica. E isso remete a uma indagação acerca da construção da memória social do lugar: qual valor da memória na preservação do patrimônio cultural?

Saberes tradicionais do Baixo Amazonas

Populações tradicionais, via conhecimentos e práticas, têm muito a colaborar com a contemporaneidade. Ao longo do tempo e espaço, desenvolveram modos peculiares de se relacionar com a natureza e utilizar recursos. Para populações tradicionais não há definição de autoimagem totalmente aceita ou negada. Populações rurais, por exemplo, denominam-se tradicionais na tentativa de exigir direitos a território e ações que atendam particularidades e respeitem cultura e história (COLCHESTER, 2000; CASTRO, 2000).

São conhecimentos tradicionais saberes e fazeres a respeito do mundo natural e sobrenatural (DIEGUES, 1996; ANDRELLO e NUNES, 2001). Abordagens de assuntos relacionados com conhecimentos tradicionais implicam em discussões em diversas esferas científicas. São considerados conhecimentos tradicionais, no Artigo 3º do Decreto 118/2002, todos os elementos intangíveis associados à utilização comercial ou industrial das variedades locais e restante material autóctone desenvolvido por populações locais, em coletividade ou individualmente, de maneira não sistemática e que se insiram nas tradições culturais e espirituais dessas populações.

Ponderando critérios para que uma população seja reconhecida como tradicional, Stefanello (2012) afirma que tradicionais se relacionam intimamente com as coisas que veem e vivem, numa prospecção de simbiose e dependência, reconhecendo segredos, propriedades e utilizando recursos para viver e transmitir valores como herança. O Decreto nº 6040, de 07/02/2007, em seu artigo 3º, define povos e comunidades tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução.

A Amazônia é berço de sociedades tradicionais. Essas sociedades se estabelecem em margens de rios, terra firme, igapós, urbes, enfim, em territórios onde possam dialogar com o entorno. Lima e Moraes (2013) afirmam que a escolha de sociedades tradicionais em viverem em diálogo mediado não é restrita, mas se repete no decorrer do tempo. Nessa escolha territorial, Lima *et al.* (2013) sugerem que sítios arqueológicos tendem a ser periodicamente habitados por comunidades de modo natural, como é o caso de Santa Rita de Cássia da Valéria.

Costa e Carvalho (2014) consideram que famílias residentes na comunidade de Santa Rita de Cássia, por exemplo, podem estar modificando a herança patrimonial do território mesmo ao praticarem manejo de recursos, dado o artesanato ser atividade em expansão na localidade (SANTOS e AZEVEDO, 2011; COSTA e CARVALHO, 2014).

O artesanato é produzido no período de novembro a março, quando são comercializados por conta da chegada de turistas estrangeiros. Moradores confeccionam de sementes e madeiras e se dirigem a centros comunitários para vender o que foi produzido. (GRAÇA e ALBUQUERQUE, 2007). Todavia, para viabilizar a preservação dos artefatos arqueológicos e dos saberes tradicionais são necessárias mudanças de atitude perante o patrimônio, assim como ações dos poderes público e privado para fomentar a educação patrimonial.

Conclusão

Valéria/AM foi entendida neste estudo como região de memória, visto que a imagem da comunidade é constituída de valores de ordem social, comunicando um *ethos* contido num *lócus* rural do passado, que se presentificou à medida que narrativas de velhos passaram a compor ensinamentos a gerações atuais. Como contribuição teórica, buscou-se fomentar concepções de patrimônio e saberes tradicionais na tentativa de propor reflexão epistemológica na maneira como os comunitários se relacionam com seu ambiente sociohistórico na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV - XVII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CASTEL, Robert. De l'indigence à l'exclusion, la désaffiliation: précarité du travail et vulnérabilité relationnelle. In J. Donzelot (Org.), *Face à l'exclusion — le modèle français* (pp. 137-168). Paris: Esprit. 1991. Acessado em: 07 de abril 2012. doi: 10.1590/S1413-294X2004000100017.

CERQUA, Dom Arcângelo. *Clarões de fé do médio Amazonas*. 2. ed. Manaus: ProGraf-Gráfica e Editora, 2009.

COLCHESTER, Marcus. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. (Org) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza*, 2000.

COSTA, Neymar Pereira; CARVALHO, Mary Tânia dos Santos. *Percepção e uso do conceito de meio ambiente histórico: estudo de caso no sítio arqueológico Santa Rita da Valéria, Parintins-AM*. Parintins: UEA, 2014.

DEL PRIORE, Mery. *A fotografia como objeto de memória. Memória, Patrimônio e Identidade*. Brasília: UniCeub, 1989.

DIEGUES, Antônio Carlos, ANDRELLO, Geraldo; NUNES, Márcia. Populações tradicionais e biodiversidade na Amazônia: levantamento bibliográfico georreferenciado. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. (Orgs.). *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. Estação Liberdade e Instituto Socioambiental, São Paulo, SP. P. 205-224, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, Hucitec. 169 p. 1996.

FEARNSIDE, Philip Martin; LAURANCE, William Frederick. *Infraestrutura na Amazônia: as lições dos planos plurianuais*. Salvador: Caderno CRH, v.25, n.64 p. 87-98, 2012.

FONSECA, Antonio Picanço (Eco) *turismo e territorialidade: a (in) sustentabilidade na Boca da Valéria / Parintins – AM / Antonio Picanço Fonseca*. - Manaus: UFAM, 2010.

GONÇALVES, Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHA, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos tribunais, 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Resultados Preliminares do Censo de 2010. http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/censo2010/resultados_preliminares/default_resultados_preliminares.shtm, a partir de 02 de junho de 2011.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 4. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991.

LIMA, Helena Pinto et al. Tráfico de material arqueológico, turismo e comunidades ribeirinhas: experiências de uma arqueologia participativa em parintins, Amazonas. Revista de Arqueologia Pública, nº. 8, Dez 2013. Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP.

LIMA, Helena Pinto; MORAES, Bruno Moraes. Arqueologia e Comunidades Tradicionais na Amazônia. Ciência e Cultura, v. 2, p. 39-42. São Paulo: Hucitec, 2013.

NEVES, Eduardo Góes. Arqueologia da Amazônia. Rio de Janeiro: 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares: Revista do programa de estudos de Pós graduação em História do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n.10, p.7-28, 1993.

PAIM, Elison Antonio. Lembrando, eu existo. Brasília: MEC, 2010.

RODRIGUES, Renan Albuquerque. Vidas despedaçadas: impactos socioambientais da construção da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM), Amazônia Central/Renan Albuquerque Rodrigues - Manaus, UFAM, 2013.

RODRIGUES, Renan Albuquerque; FEARNSSIDE, Philip Martin. Índios Waimiri-Atroari impactados por tutela privada na Amazônia Central. Belém: Novos Cadernos NAEA, v. 17 n. 1, PP. 47-73, ISSN 1516-6481, jun 2014.

SANTOS, Marcos. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Adriana Gomes da; SOUZA, Amecy Gonçalves Bentes de; FONSECA, Antônio Picanço. Sítios arqueológicos e patrimônios culturais da serra da Valéria: um estudo etno-histórico da identidade local. 61ª Reunião Anual da SBPC, UFAM, Manaus, 2009.

SILVA, Edda Meirelles da. Ecos da Saudade. Manaus: Edições do Autor, 2008.

STEFANELLO, A. G. F; NOGUEIRA, C. B. C. "Direitos Étnicos e Culturais na proteção dos Conhecimentos Tradicionais associados à biodiversidade brasileira". In: Nilton César da Silva Flores; Leonardo Macedo Poli; João Marcelo de Lima Assafim.. (Org.). XXI Congresso Nacional do CONPEDI/UFF. 1ed. Florianópolis: FUNJAB, 2012, v. 8, p. 236-259.